

PARECER JURÍDICO N.º 202/2016

ASSUNTO: Pregão Presencial n.º 037/2016

Em cumprimento ao comando do Parágrafo único do art. 38 da Lei n.º 8.666/93, procedemos à análise do processo licitatório de Pregão Presencial n.º 037/2016 do tipo menor preço, o qual solicita a contratação de empresa para a confecção de calendários para autoleitura, conforme descrição contida no presente processo administrativo.

Identifica-se dos autos que a necessidade da aquisição, está expressa através do Memorando Interno, expedido pela Divisão Comercial, datado de 15/06/2016.

Em atendimento ao disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93, a minuta do Edital foi devidamente examinada, aprovada e chancelada pela Assessoria Jurídica da COCEL, nos termos do Parecer Jurídico n.º 185/2016, conforme fls. 11.

O Aviso de Licitação foi publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná (fls. 28), e no Jornal Folha de Campo Largo (fls. 31), ambos na data de 29/07/2016, bem como, no Diário Oficial Eletrônico de Campo Largo (fls. 29/30), na data de 28/07/2016.

O Edital completo da presente licitação foi disponibilizado, gratuitamente, no "site" de licitações da COCEL, bem como registrado no site do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, na data de 27/07/2016, às fls. 32, conforme determina a Instrução Normativa nº 37/2009.

Art. 2º O mural das Licitações Municipais será constituído por informações transmitidas pelos órgãos e entidades de Administração Pública Municipal, nos seguintes prazos:

I – No mínimo, até 7 (sete) dias úteis antes do início da data prevista, no Edital ou outro instrumento convocatório, para a abertura do certame licitatório, de quaisquer das modalidades: convite, tomada de preços, concorrência, concurso, leilão e pregões presencial e eletrônico, e inclusive as licitações realizadas mediante Sistema de Registro de Preços.

Verifica-se dos autos a suficiente abrangência publicitária da licitação, com ampla divulgação do certame.

O ato de designação da função de Pregoeiro da Cocel (Portaria n.º 002/2016) encontra-se devidamente juntada ao processo licitatório, às fls. 36.

A abertura dos envelopes contendo as propostas foi realizada em sessão pública às 09 horas do dia 15 de agosto de 2016, na sede da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, conforme Ata às fls. 37/38, o qual se verifica a participação de 03 (três) proponentes:

- **GRÁFICA CAMPOLARGUENSE LTDA. – EPP;**
- **GRÁFICA PEMA LTDA. - EPP e,**
- **WORLD LASER IMPRESSÕES LTDA. – ME.**

Procedida à abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preço e realizada a oferta de lances, durante a fase de habilitação obteve-se o resultado abaixo descrito, o qual após verificada a aceitabilidade da proposta e de sua habilitação, o Pregoeiro culminou por julgar vencedora da presente licitação a seguinte empresa:

Lote único	Preço unitário máximo	Preço unitário ofertado	Valor total ofertado	Licitante
Lote único	R\$ 5,32	R\$ 2,24	R\$ 4.368,00	GRÁFICA PEMA LTDA. - EPP

Quanto à publicação do resultado do julgamento da proposta, identifica-se que a Administração Pública, quando do exercício da função administrativa, encontra-se submetida ao princípio da legalidade, consagrado no *caput* do art. 37 da Constituição da República. Por conta disso, aplica-se ao caso, subsidiariamente, a norma legal contida no § 1º do art. 109 da Lei nº 8.666/93:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem: (...)

§ 1º. A intimação dos atos referidos no inciso I, alíneas "a", "b", "c" e "e", deste artigo, excluídos os relativos a advertência e multa de mora, e no inciso III, será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo, para os casos previstos nas alíneas "a" e "b", se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata. (grifo nosso)

104
e

Ou seja, de acordo com a inteligência do dispositivo acima, nos casos das decisões referentes aos procedimentos licitatórios, se presentes os prepostos dos licitantes neste momento, a comunicação poderá ser feita diretamente aos interessados e lavrada a ata.

Como se vê, a regra é a de que a ciência dos atos mencionados no § 1º do art. 109 seja realizada pela imprensa oficial, de modo que, apenas se estiverem presentes todos os licitantes (ou prepostos desses) no momento em que for tomada a decisão é que a intimação poderá ser considerada como realizada na própria sessão.

No caso do pregão presencial, então, é possível concluir que, se na sessão estiverem presentes todos os licitantes (ou devidamente representados), a Administração não precisará providenciar a publicação da decisão na imprensa oficial, podendo ser feita a intimação pessoal do resultado da licitação.

Revela-se inegável que a finalidade da publicidade foi atingida, proporcionando amplo acesso e interesse no objeto ora licitado, bem como a efetivação da compra abaixo do valor estimado.

Pela apreciação dos atos e termos do presente procedimento, verifico que os mesmos encontram-se revestidos das formalidades legais consubstanciadas na Lei n.º 10.520/02, bem como pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Devido ao exposto, opino que o presente procedimento licitatório, sob o aspecto legal, está em condições de ser homologado.

Campo Largo, 18 de agosto de 2016.


Otavio Dias Pereira Junior
OAB/PR 28.139

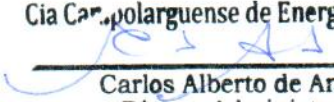
Notifico o Anexo
União em Anexo.
C.L., 18/08/16



Adriano Huber Junior
Diretor Jurídico
OAB/PR 31.582

DE ACORDO COM O PARECER JURIDICO,
HO MODO O PRESENTE PROCESSO.
18/08/2016

Cia Car. polarguense de Energia - COCEL


Carlos Alberto de Andrade
Diretor Administrativo